

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(Do Sr. Alexandre Padilha)**

Requer ao Ministro da Saúde informação quanto às denúncias de farmácias participantes do Programa “Aqui Tem Farmácia Popular” de que o Ministério da Saúde reduziu o repasse de recursos para pagamento de medicamentos, inviabilizando o Programa.

Senhor Presidente,

Farmácias participantes do Programa Aqui tem Farmácia Popular (ATFP) têm denunciado por meio de postagens nas redes sociais que o Ministério da saúde reduziu o repasse de recursos para pagamento de medicamentos do Programa, o que levou à inviabilização da disponibilização de medicamentos gratuitos e/ou com custo subsidiado à população nos respectivos estabelecimentos.

O Programa ATPF, iniciado em 2006, caracteriza-se por uma parceria entre o Governo Federal e as farmácias privadas na distribuição subsidiada ou gratuita de medicamentos para oito doenças crônicas – hipertensão, diabetes, asma, dislipidemia, osteoporose, doença de Parkinson, glaucoma e rinite, as quais foram elencadas com base nos dados epidemiológicos que as evidenciam como problemas de saúde pública, devido a larga incidência na população, entre outros produtos e medicamentos de grande relevância e consumo cotidiano. Devido ao largo alcance, grau de relevância e adesão popular, o ATPF imprimiu lugar destaque ao Brasil no contexto internacional em matéria de universalização da assistência farmacêutica, somando eficácia em saúde à melhorias na economia nacional, sendo que a parceria entre público e privado neste caso, gerou empregos e dinamizou o setor farmacêutico.

Estão incluídos no "Aqui Tem Farmácia Popular" 42 produtos, sendo 26 medicamentos (para o tratamento de hipertensão, diabetes e asma) adquiridos pelo Ministério da Saúde e distribuídos aos pacientes de forma

gratuita. Para os demais produtos, entre os quais fraldas e anticoncepcionais, os descontos chegam a 90%. De acordo com dados do Ministério da Saúde, até abril de 2018, mais de 43 milhões de pessoas foram atendidas pelo Programa, que conta com um total de mais de 31 mil estabelecimentos em 4.389 municípios brasileiros.

Entre 2018 e 2019 o orçamento para aquisição do componente especializado da assistência farmacêutica caiu \$ 1.7 Bi. Passou de \$ 7.2 Bi para \$ 5.5 Bi.

Considerando que a redução de repasse de recursos para o Programa impactará no acesso da população a medicamentos essenciais e, consequentemente, na saúde de milhares de brasileiros, especialmente de pessoas idosas que são as mais acometidas por doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministro da Saúde:

- 1) Qual a justificativa para a redução do valor do repasse para pagamento de medicamentos por farmácias credenciadas ao Programa ATFP?
- 2) A partir de que data o Ministério da Saúde reduziu o valor do repasse para pagamento de medicamentos por farmácias credenciadas ao Programa ATFP?
- 3) Que ato do Ministério da Saúde deu causa à redução do valor do repasse para pagamento de medicamentos por farmácias credenciadas ao Programa ATFP?
- 4) Qual a lista de medicamentos apresentados na Conitec que aguarda para aprovação de incorporação ao SUS ?
- 5) Em 2017 o Ministério da Saúde decidiu pelo fechamento de todas as unidades próprias do Programa Farmácia Popular para “otimizar os recursos gastos na Assistência Farmacêutica.

Que dados demonstram a melhor utilização de recursos com o fechamento das unidades próprias do Farmácia Popular?

- 6) De acordo com dados do SIOP (2015-2019), o Farmácia Popular perdeu mais de R\$ 500 milhões de orçamento entre 2015 e 2019 (redução de 17%). Como o Ministério da Saúde pretende dar continuidade à política de assistência farmacêutica com o evidente desfinanciamento da saúde pública desencadeado a partir da aprovação da EC 95/2016?

- 7) Como a pasta percebe a redução orçamentária de um programa de impacto direto na saúde dos indivíduos e comunidades, mesmo em um momento de significativa crise econômica e elevado desemprego no país?

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2019.

ALEXANDRE PADILHA
Deputado Federal PT/SP